



## Direito de resposta

## “Parlamento é escritório de representações”

— No passado dia 29 de Dezembro, o Jornal de Notícias fez publicar uma notícia com o título “13 deputados chumbam na ética - Paulo Morais, da Transparência e Integridade diz que Parlamento é um ‘escritório de representações’”, incluindo-me entre os deputados que alegadamente “chumbam na ética”, ao publicar na caixa que antecede o corpo da notícia uma fotografia minha a que se segue o texto “Está na Comissão de Ética, e simultaneamente pertence à sociedade de advogados de que é sócio o socialista António Vitorino, que contratou para a Novabase João Rebelo do CDS”.

Sobre a referida notícia, gostaria de esclarecer o seguinte:

1. Desconheço em absoluto os factos ou a “contratação” a que se refere o Dr. Paulo Morais. Aliás, não consigo tampouco descortinar aquilo a que quer aludir ou em que me pretende envolver.

2. Como é do conhecimento público e consta, naturalmente, do meu registo de interesses, colaboro pontualmente, como advogada associada, nos escritórios do Porto da sociedade de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, desde 2006. Sempre tive. Tenho. E procurarei ter actividade profissional para além da actividade política. Sendo esta uma das condições que justamente me conferem a necessária independência da política e dos partidos. Contudo - reitero - não conheço, nem teria sequer obrigação de conhecer, os factos a que se reporta a notícia publicada,

nem alcanço sequer a relação que pretende sugerir.

3. Com efeito, se há algum facto ou actividade menos clara que o Dr. Paulo Morais julga saber e de que me quer acusar (a mim ou a qualquer outro deputado), tem o dever legal, como cidadão e como responsável pela Transparência e Integridade, de o concretizar recorrendo em primeira linha aos competentes mecanismos institucionais e jurisdicionais, sob pena de, não o fazendo, ficar exposta a leviandade das insinuações que tentou fazer passar.

4. A Transparência e Integridade tem, do meu ponto de vista, a responsabilidade acrescida de não lançar suspeições e insinuações que põem em causa pessoas e a sua honrabilidade, sem o necessário fundamento. Creio, ademais, que o trabalho - muito importante - desta associação não sai credibilizado com o lançamento na comunicação social de anátemas, de meras suspeições e insinuações sobre as pessoas, sem fundamentar ou apresentar os factos que as sustentam.

5. Todos nós, colectivamente enquanto sociedade, e particularmente aqueles que exercem funções públicas, estão interessados no incremento da transparência e no desígnio do combate à corrupção e contam, naturalmente, com o contributo da Transparência e Integridade, instituição que o Dr. Paulo Morais representa.

Antecipadamente grata pela atenção dispensada, apresento os melhores cumprimentos.

FRANCISCA ALMEIDA, DEPUTADA